

Globalização da Pobreza Pobreza da Globalização

Experiências Inovadoras e Perspectivas de Mudança

GESTÃO DO ENSINO E AS NOVAS TRAJECTÓRIAS EDUCATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CONDICIONANTES DOS SISTEMAS NACIONAIS DE PROTECÇÃO SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL, ÉTICA E INOVAÇÕES

GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO CONTRA A POBREZA


ETNIA, GÉNERO E DIVERSIDADES SOCIAIS

NOVO CONSTITUCIONALISMO, DIREITOS SOCIAIS E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POTENCIALIDADES LOCAIS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO:





*GESTÃO DO ENSINO E AS NOVAS
TRAJECTÓRIAS EDUCATIVAS DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL*

**GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA, POBREZA DA GLOBALIZAÇÃO.
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA.**

Volume 1. Gestão do Ensino e as Novas Trajectórias Educativas de Transformação Social

Volume 2. Condicionalismos dos Sistemas Nacionais de Protecção Social

Volume 3. Responsabilidade Social, Ética e Inovações

Volume 4. Globalização e Integração nos Territórios

Volume 5. Políticas Públicas de Desenvolvimento contra a Pobreza

Volume 6. Etnia, Género e Diversidades Sociais

Volume 7. Novo Constitucionalismo, Direitos Sociais e Integração Latino-Americana

Volume 8. Economia Solidária: Potencialidades Locais no Contexto da Globalização

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Globalização da Pobreza, Pobreza da Globalização. Experiências Inovadoras e Perspectivas de Mudança.

AUTORES: Vários

EDITORES: Balsa, Casimiro; Soulet, Marc-Henry; Rodrigues, Luciene; Cardoso, Antônio Dimas

ISBN: 978-989-20-2314-4

LISBOA, 2010

ÍNDICE

DESIGUALDADES PERSISTENTES: TRABALHADORES POBRES, ENTRE O SISTEMA DE ENSINO E O MERCADO DE TRABALHO.....	4
Fernando Diogo	
A (DES) PERSONALIZAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MEIO ÀS POLÍTICAS GLOBALIZANTES.....	19
Andréa Maria Oliveira Versiani Santiago	
Regina Célia Lima Caleiro	
RESISTÊNCIA ESTUDANTIL	
O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Brasileiras de 2007	28
Pablo Emanuel Romero Almada	
BELO HORIZONTE, CIDADE EDUCADORA	46
Dagmá Brandão Silva	
COMBATER A POBREZA, APOSTANDO NA AUTONOMIA DOS CIDADÃOS	52
Piedade Lalanda	

DESIGUALDADES PERSISTENTES: TRABALHADORES POBRES, ENTRE O SISTEMA DE ENSINO E O MERCADO DE TRABALHO

Fernando Diogo

CES-UA

Universidade dos Açores

fdiogo@uac.pt

Resumo

Esta comunicação parte de resultados onde se mostra que a relação com a escolaridade dos activos pobres se caracteriza, em grande parte, por um persistente afastamento da escola, mau grado mais de 30 anos de investimento estatal neste sector.

Mobilizam-se dados de uma investigação em curso sobre os beneficiários do RSI que trabalham para analisar a relação dos activos pobres com o sistema de ensino e com a formação profissional (em sentido lato). Desta forma, procura-se perceber como é que, a nível macro, se construiu o processo de desqualificação na relação destes indivíduos com as diversas formas de aquisição de competências escolares e profissionais.

Complementarmente, mobilizaremos dados estatísticos regionais, nacionais e europeus para situar comparativamente o problema da desqualificação na Região Autónoma dos Açores.

Confrontámos os nossos resultados com a questão da desqualificação, reflectindo sobre causas e efeitos no desenvolvimento regional de forma a levantar pistas sobre os resultados das políticas educativas, vistas a partir dos percursos dos indivíduos, como forma de perspectivar novas respostas das políticas públicas.

Palavras-chave: Qualificações, Pobreza, Políticas Públicas

Introdução

Considerando que o tema que motiva este texto é “Novas Perspectivas da Política Social”, trago-vos uma perspectiva que assenta nos resultados das políticas sociais passadas inscritos nas trajectórias de vida dos indivíduos que com elas contactaram e que por elas foram influenciados e, até, formatados. Parto, pois, do princípio que não é possível falar de novas políticas sociais sem o fundamento constituído pelos resultados das anteriores, de alguma forma um movimento de avaliação. Neste sentido, este trabalho é um contributo para a análise crítica das políticas sociais em vigor vista através dos seus efeitos nos indivíduos, isto é, dos seus resultados e impactos na sociedade portuguesa. Este é o princípio a partir do qual nos posicionamos em ordem a discutir as prioridades políticas para o futuro nas políticas sociais, designadamente na interface entre sistema educativo e mercado de trabalho.

No presente texto damos particular destaque à Região Autónoma dos Açores, no pressuposto de que esta região emula os processos sociais que se desenvolvem no país como um todo, embora com duas cambiantes importantes: em primeiro lugar, os Açores tendem a vincar a tendência nacional em quase todas as variáveis e, em segundo, a pequenez do território e dos efectivos demográficos, por relação aos valores do país, tornam os processos sociais mais evidentes e transparentes, contribuindo fortemente para desocultar processos e mecanismos mais difíceis de identificar e analisar em contexto de maior dimensão demográfica. Ambas as cambiantes apontam, pois, no mesmo sentido, é mais fácil estudar os processos sociais portugueses nos Açores, constituindo-se este arquipélago como um verdadeiro laboratório social da realidade portuguesa.

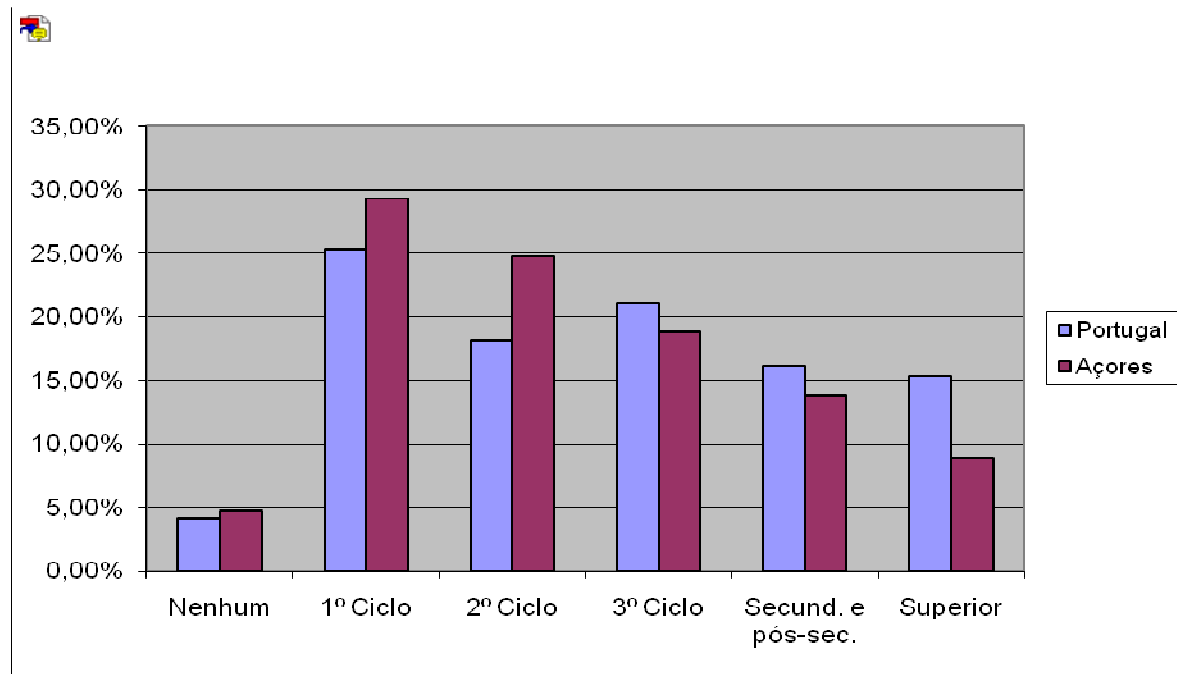
Portugal destaca-se, no contexto da União Europeia, como um país com taxas de escolaridade muito baixas (OCDE, 2007). Se compararmos os Açores com a média nacional, verificamos que estes apresentam taxas de escolaridade muito reduzidas no contexto nacional (INE, 2009), o que significa que as taxas açorianas são particularmente baixas no quadro europeu.

As questões que se colocam são como é que chegamos aqui, como se caracterizam os indivíduos com esta escolaridade baixa, como é que se relacionam actualmente com o sistema de formação profissional e, sobretudo, que consequências tirar desse relacionamento para as novas políticas de educação.

1. Os Açores no contexto nacional, as baixas qualificações são ainda mais evidentes

Vejam, pois, como se situam os Açores em relação às médias nacionais.

Gráfico 1: Escolaridade da população activa



Fonte: Inquérito ao emprego, Maio de 2009

O Gráfico 1, elaborado com base no *Inquérito ao emprego* mostra-nos que, regra geral, os activos açorianos têm menores escolaridades que os activos da população portuguesa em geral.

Existem 40600 açorianos activos cuja escolaridade é igual ou inferior ao 4º ano o que corresponde, sensivelmente, a um terço do total (33,89%). Além disso, 70100 activos (58,51%), ou seja, mais de metade, têm o 6º ano ou menos. É sobre estes activos que veremos o impacto das políticas educativas em ordem a corrigir fracassos e a suscitar o debate para as novas políticas. Estes valores espelham uma realidade onde a maioria da população tem menos escolaridade do que o actual ensino obrigatório, muito abaixo da bitola do ensino secundário proposta por Machado e Costa (1998:25) e que é a bitola da União Europeia. Alguma coisa está mal nas políticas educativas portuguesas para se obter este tipo de resultados.

Para melhor compreendermos como se tem construído a relação destes activos com a esfera da escolaridade e da formação profissional recorreremos aos dados de um projecto designado *Trabalho e Identidade: valores e práticas entre os beneficiários do*

RSI. A questão que motiva este projecto respeita à necessidade de se compreender a forma como os beneficiários do Rendimento Social de Inserção se relacionam com o trabalho.

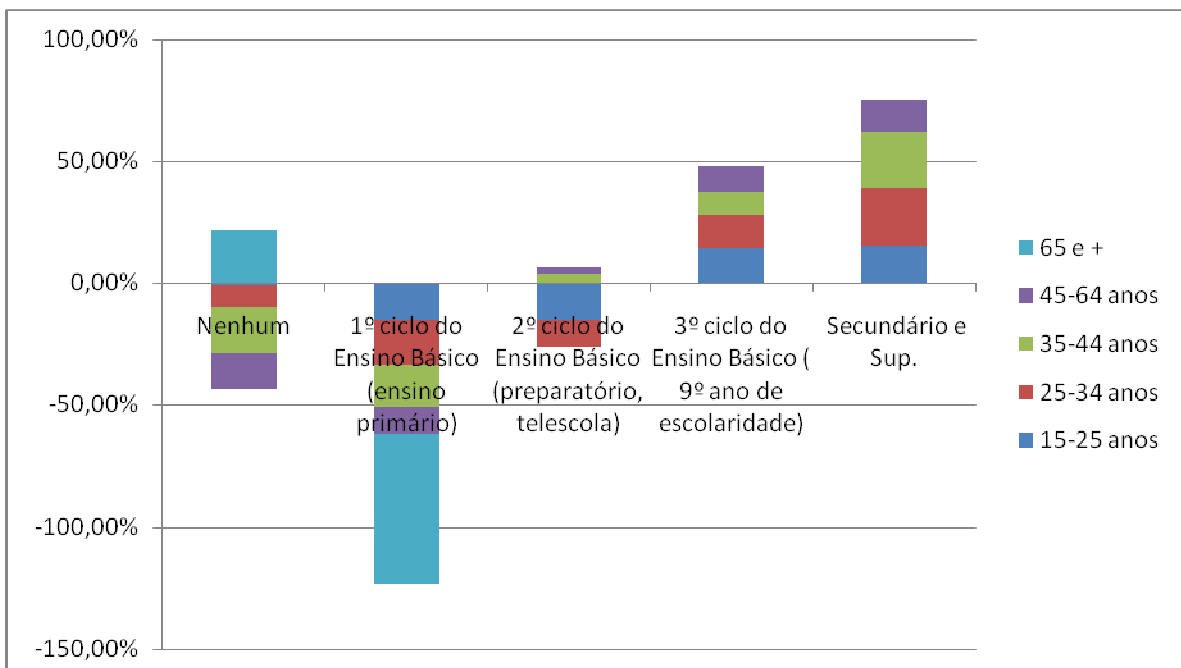
A lógica, aqui, é a mesma: procurar compreender processos sociais usando como referente uma população que emula o que se passa a nível mais geral mas que, ao mesmo tempo, acentua a tendência nacional (e regional) e permite desocultar e compreender processos sociais que participam na construção das desigualdades, quer no trabalho quer na escola.

2. O caso dos activos trabalhadores beneficiários do RSI

No estudo em causa, dois terços dos beneficiários que trabalham são homens (67.3%), numa amostra de 845 trabalhadores, já que boa parte das beneficiárias em idade activa são domésticas (Diogo, 2003 e 2007).

No que respeita à escolaridade obtida por esta população, a maioria, quase metade, têm um ano do primeiro ciclo do ensino básico (44.8%), enquanto quase todos (90.6%) têm o sexto ano ou menos como escolaridade formal.

Gráfico 2: Diferença entre a escolaridade da população activa dos Açores e dos beneficiários que trabalham, por grupo de idades



Fontes: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009 e Inquérito ao Emprego, Maio de 2009

Neste gráfico podemos comparar a escolaridade obtida pela população activa dos Açores e a obtida pelos beneficiários do RSI que trabalham por grupos de idade. Acima da linha do zero, temos os casos de sobrerrepresentação da população activa e abaixo temos os casos de sobrerrepresentação da população beneficiária do RSI que trabalha.

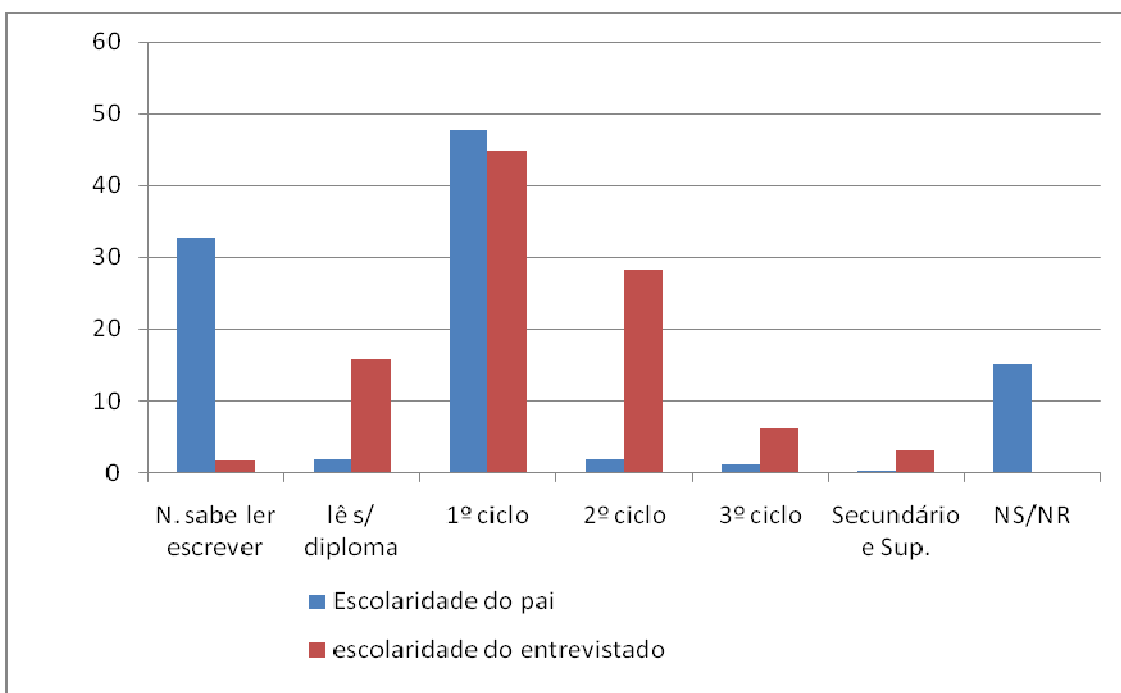
Assim, como leitura geral, podemos observar que, com a relativa excepção dos mais de 65 anos que não têm escolaridade, a população beneficiária do RSI está sobrerrepresentada, em relação à população activa dos Açores nas categorias de escolaridade mais baixas e para quase todos os grupos de idade.

A dúvida que se coloca é como é que se chegou a este ponto? Como se caracteriza a evolução do relacionamento desta população com o sistema escolar e de formação profissional? E que consequências se podem retirar para a produção de novas políticas sociais?

3. O relacionamento dos beneficiários do RSI que trabalham com o sistema escolar

Vejamos, pois, como se construiu este relacionamento dos beneficiários do RSI dos Açores que trabalham com a escolaridade.

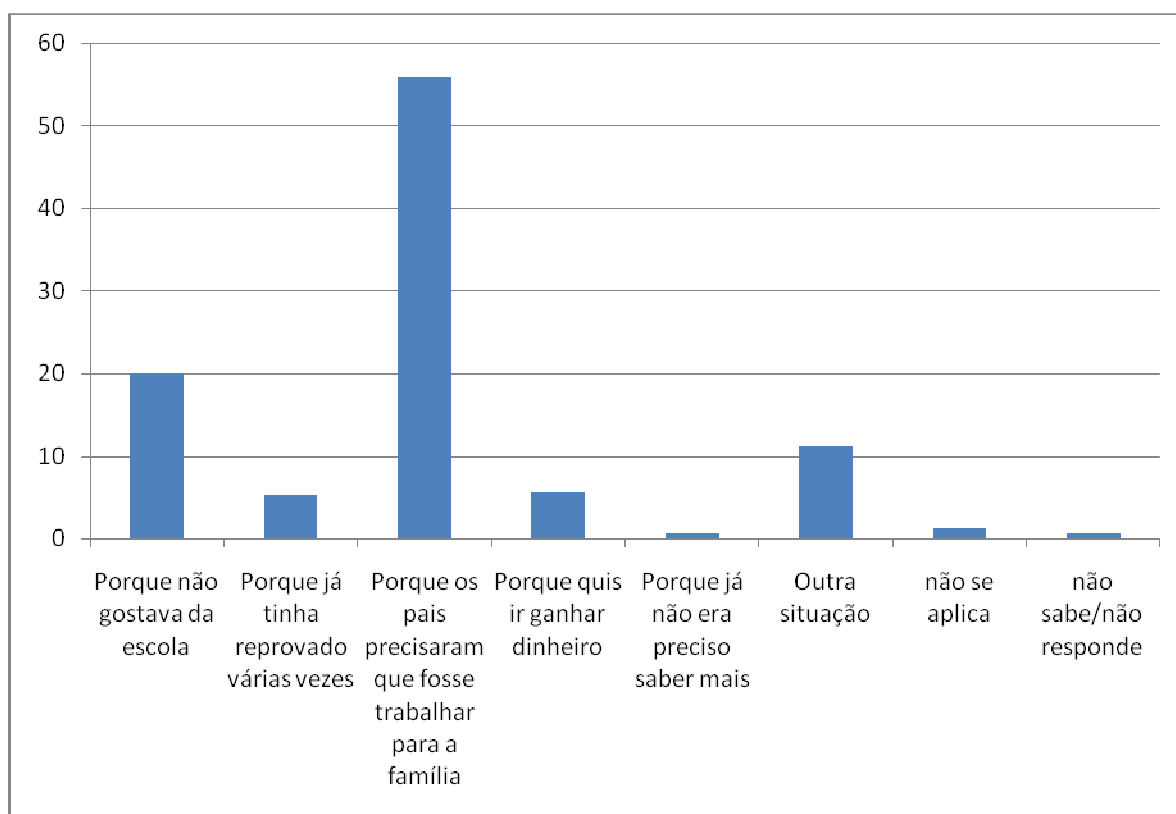
Gráfico 3: Comparação entre a escolaridade do entrevistado e a escolaridade do seu pai



Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

O que se pode observar são dois fenómenos concomitantes e contraditórios, por um lado, as qualificações dos entrevistados aumentaram inegavelmente em relação aos seus pais, por outro lado, o primeiro ciclo manteve-se como a categoria de escolaridade mais frequente nas duas gerações. Destaque-se, complementarmente, que o terceiro ciclo e o secundário e superior denotam valores muito baixos em ambos os casos. Não é, pois, visível um grande crescimento da escolaridade entre estas duas categorias sociais, mau grado 50 anos de crescente investimento na escolaridade, desde a reinstauração dos 4 anos como ensino obrigatório em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas (Grácio, 1986: 30) até à actualidade.

Gráfico 4: Motivos do abandono da escola dos Beneficiários do RSI que trabalham

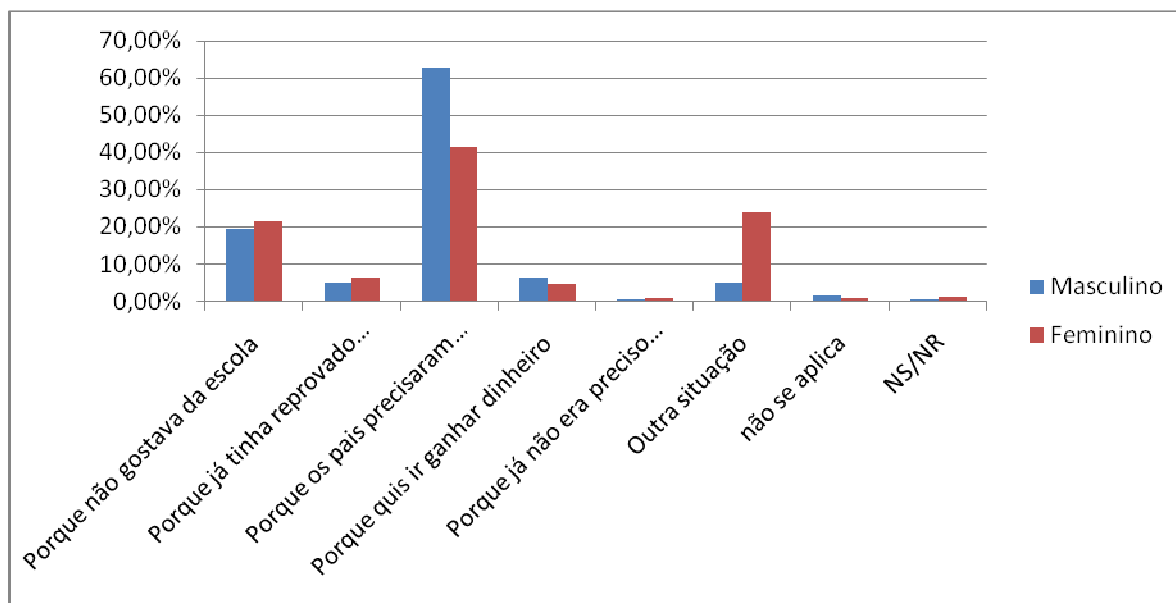


Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

As motivações para o abandono dos estudos foram, sobretudo, de carácter **instrumental**, pois não só o principal motivo é, de longe, a necessidade familiar de completar o orçamento doméstico como a vontade própria de ganhar dinheiro acresce às razões instrumentais. Contudo, o segundo motivo mais importante está associado ao desgosto pela escola, isto é à incapacidade desta se tornar atractiva para 20%, um quinto, do total.

Uma primeira ideia a ter em conta respeita a possíveis diferenças decorrentes da idade e do género. Os estudos feitos em Portugal e no estrangeiro têm mostrado que estas duas variáveis fazem modificar de modo significativo a escolaridade dos indivíduos, privilegiando os mais novos e as mulheres¹. Vejamos como se comporta a nossa população a este propósito.

Gráfico 5: Motivos do abandono da escola dos Beneficiários do RSI que trabalham, por sexo

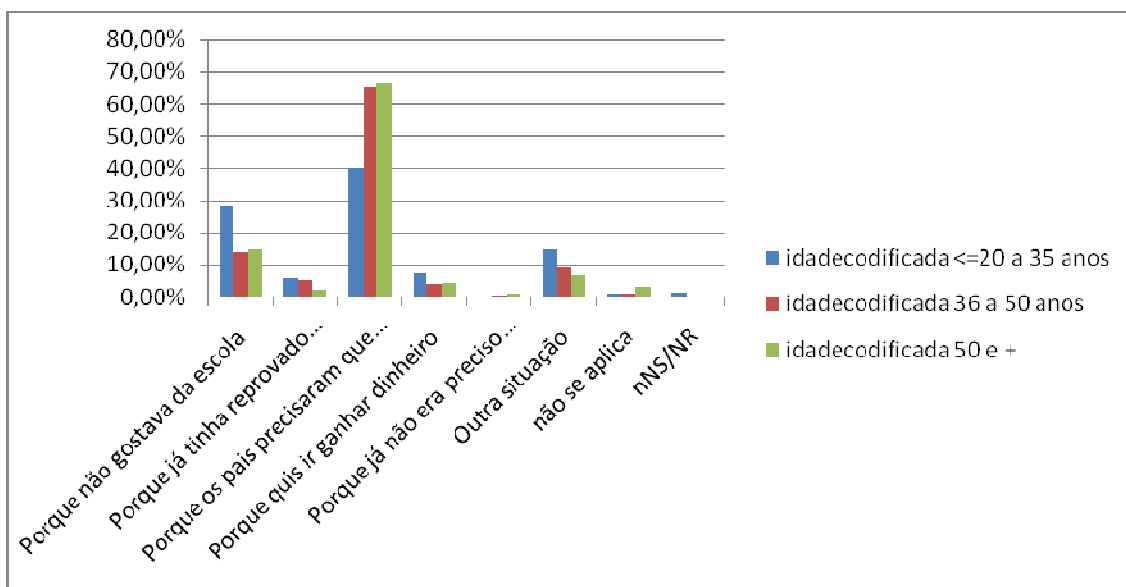


Fonte: inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Se o principal motivo que levou estes indivíduos a deixarem de estudar se polariza à volta das motivações dos pais, existem algumas nuances por sexo já que são mais os homens que o evocam que as mulheres. São sobretudo as mulheres que deixaram a escola por outros motivos, em geral, relacionados com a conjugalidade e com a família a não incentivar o prosseguimento dos estudos ou mesmo a retirar a jovem da escola para ficar em casa. Pode-se colocar a hipótese que a tendência foi a dos homens abandonaram os estudos para irem trabalhar e as mulheres para ficarem em casa a prestarem cuidados, quer na família de enquadramento, quer na de procriação.

¹ Sobre as vantagens das gerações mais novas cf. a própria evolução do ensino em Portugal e o aumento paulatino da escolaridade obrigatória, sobre a vantagem das mulheres veja-se, por exemplo, Duru-Bellat (2005:19) ou, para o caso português, Barreto (1996:46) e Alves (1998:113). Especificamente sobre os Açores, veja-se A. Diogo (2008:228) onde esta autora mostra que as raparigas têm, regra geral, melhor desempenho escolar que os rapazes da sua própria condição social, algo que se minimiza nos desempenhos mais elevados e que se maximiza nos desempenhos mais fracos, associados às condições sociais mais modestas.

Gráfico 6: Motivos do abandono dos estudos dos beneficiários do RSI que trabalham, por grupos de idade



Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

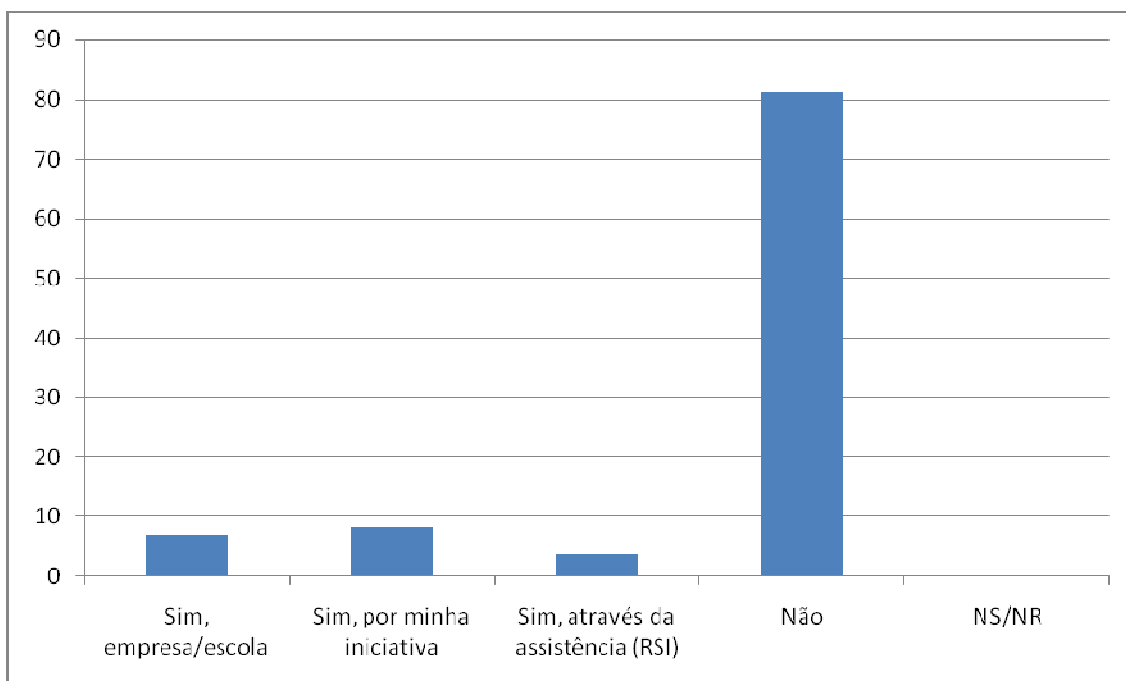
A idade é um factor que introduz algum peso discriminador, com efeito, os mais novos abandonam a escola mais por desgosto e os mais velhos mais por decisão parental, contudo, isso não impede que a decisão parental seja maioritária mesmo entre os mais novos.

O abandono da escola por necessidade de contribuição para o orçamento familiar é uma motivação que associamos às gerações mais velhas, ao Portugal dos anos 60 e 70. Contudo, ao nível do estudo que temos vindo a apresentar, verificou-se com frequência para os indivíduos que têm idades entre os 20 e os 35 anos. O que é que isto nos diz sobre o processo de modernização do país, concretamente desta região? Abordaremos este aspecto na conclusão.

No entanto, a saída do sistema de ensino não significa necessariamente o fim dos contactos com o sistema escolar e de formação profissional. Para pessoas com a escolaridade como a dos nossos entrevistados a entrada no mundo do trabalho obriga a que se problematize o processo de aprendizagem das profissões desempenhadas já que, claramente estes processos não beneficiaram da passagem pelo sistema escolar.

Assim, vejamos como é que estes indivíduos se relacionam com a formação profissional:

Gráfico 7: Participação dos Beneficiários do RSI que trabalham em acções de formação profissional ao longo da vida



Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

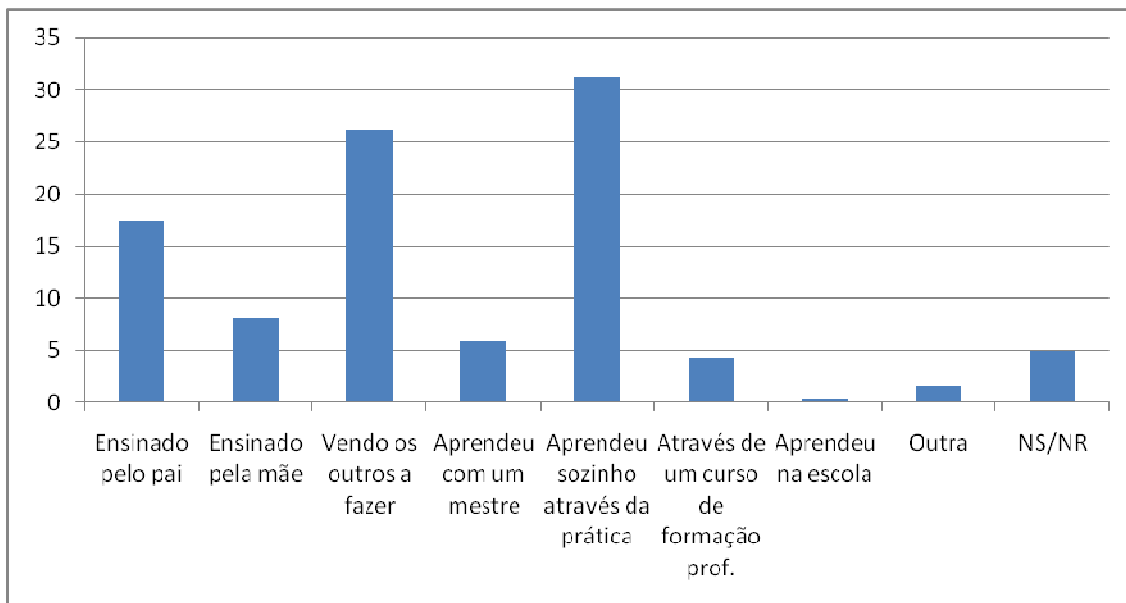
A maioria, 81%, declarou que nunca se envolveu num curso de formação profissional, sendo que dos poucos que o fizeram, fizeram-no, em primeiro lugar, por sua iniciativa. A iniciativa institucional, quer na escola e na empresa quer no RSI, não é muito significativa, em conjunto representam apenas 10,6% do total dos respondentes.

A formação profissional não se apresenta, pois, como uma forma destes indivíduos compensarem escolaridades baixas e de, assim, se superar uma baixa qualificação. O RSI não se constitui como um recurso alternativo para dar corpo às evidentes necessidades de formação profissional que se detectam numa população tão pouco escolarizada. Pelo que não é através de uma política social específica para a população em situação de pobreza que os seus evidentes handicaps em relação aos títulos escolares encontram solução.

Uma questão que foi colocada aos que fizeram formação profissional respeita ao impacto que o último curso que frequentaram teve na sua inserção profissional (152 indivíduos, correspondendo a 18,2% do total), assim, verificámos que:

Muito claramente a maioria dos entrevistados não aprendeu a profissão que desempenha actualmente através da escola ou do sistema de formação profissional. A questão que se coloca é como e onde é que eles a aprenderam.

Gráfico 8: Como os Beneficiários do RSI que trabalham aprenderam a profissão actual



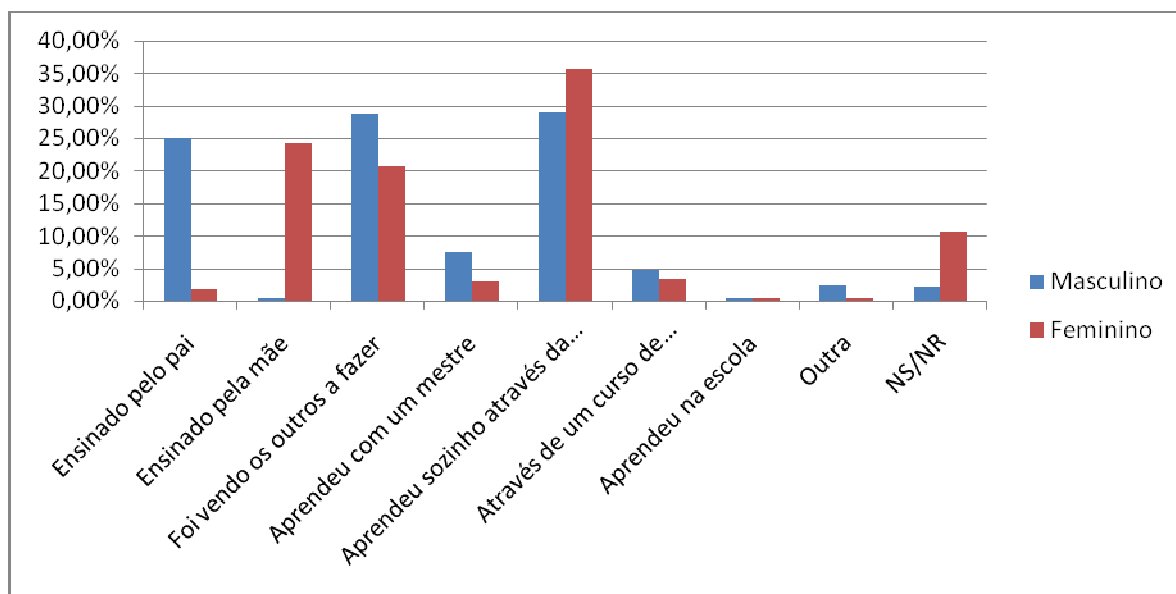
Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Em primeiro lugar, constata-se que o processo de aprendizagem da profissão desempenhada não teve qualquer enquadramento institucional para a maioria, quer falemos do sistema formal, representado pela escola e pela formação profissional, quer pelo sistema informal representado pela instituição mestre-aprendiz. A formação profissional e a escola só foram instrumento de aprendizagem de uma profissão para 4.7% no conjunto. A instituição de mestre-aprendiz, muito vulgar no passado para determinadas profissões, ainda assim representa 5.9%, um pouco mais do que a escola e a formação profissional juntas.

Em boa medida é **através da autoaprendizagem**, que os entrevistados declaram que se realizou a aprendizagem da profissão que desempenhavam no momento da entrevista, as duas categorias que remetem para esta situação (Aprendeu sozinho através da prática e Vendo os outros a fazer) reúnem 57.4% do total, mais de metade, portanto.

De notar que a **família** acaba por funcionar como um importante recurso para a aprendizagem da profissão, pois os indicadores que constituem este índice (Ensinado pelo pai e Ensinado pela mãe) representam 25.6%, um quarto do total. Estes dados indiciam a existência de importantes mecanismos de transmissão intergeracional de saberes, o que coloca um problema, atendendo às profissões desqualificadas e mal pagas que os qualificam para serem beneficiários do RSI e, logo, pobres. Estamos, pois, perante a transmissão intergeracional de uma baixa posição social que as políticas sociais não têm contribuído para inflectir.

Gráfico 9: Como os Beneficiários do RSI que trabalham aprenderam a profissão actual, por sexo



Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Na variável em apreço é possível descortinar, de modo claro, um efeito do sexo sobre as aprendizagens, especialmente na transmissão familiar de saberes, os homens aprendem mais com o pai e as mulheres mais com a mãe. Estamos, sem dúvida, perante um indicador de uma sociedade fortemente marcada por um modelo familiar assente na especialização funcional dos papéis familiares, resta ver se isso se mantém nos vários grupos de idade presentes na amostra.

Ao contrário do que seria de esperar a idade não permite discriminar nenhum padrão de comportamento global. Há duas categorias, no entanto, que se destacam, as que correspondem a processos de auto-aprendizagem aumentam o seu peso há medida que se passa dos mais velhos para os mais novos.

Apesar do ensino pela mãe não apresentar nenhum padrão discernível, pensamos detectar aqui o impacto da externalização das actividades produtivas do seio das famílias. Os mais velhos, mais ligados à agricultura, viram ainda as suas aprendizagens feitas com os pais em ambiente doméstico, enquanto os mais novos, mais associados à construção civil e ao trabalho indiferenciado do secundário e do terciário, não contaram com esse suporte familiar.

Creemos encontrar nestes dados um indicador de modernização da sociedade açoriana com a progressiva perda de importância das actividades económicas tradicionais e dos modelos de organização familiar centrados na divisão do trabalho

familiar de que, aliás, a persistência de um elevado número de mulheres em idade activa como domésticas é um indicador de sinal contrário (Diogo, 2007b).

Conclusão

Uma questão se coloca, pode o desenvolvimento ser compatível com a existência de um tão grande número de activos altamente desqualificados no mercado de trabalho, sobretudo sem perspectivas de transformação dessa situação a curto prazo?

A relação entre desenvolvimento e educação é bastante polémica e alvo de extensos debates, sobre ela queremos apenas equacionar os termos em que se desenrola. Assim, Easterly, referindo-se a um dos componentes do desenvolvimento, a prosperidade económica, considera que não há relação directa entre educação e crescimento económico. Trata-se de uma conclusão que o próprio autor reconhece como controversa (Easterly, 2002:78), considerando que o que está em causa na falta de associação entre educação e crescimento económico é, muitas vezes, o facto do investimento estatal na educação resultar em sistemas educativos pouco eficientes, isto é, onde o dinheiro é gasto mas sem que isso resulte em bons procedimentos educativos (2002:82/84). Aliás, esta é uma questão que vale a pena equacionar no que respeita a Portugal.

Em contrapartida, mais recentemente, a OCDE, através do *Education at a Glance* de 2007, afirma que existe uma relação entre desenvolvimento e educação. Em concreto, procura mostrar que os acréscimos na educação escolar levam ao crescimento económico (OCDE, 2007:10/11)². Argumentos do mesmo tipo são apresentados por Glaeser (2009a e 2009b), numa perspectiva comparativa entre países de vários continentes.

No entretanto, a escolaridade desempenha um outro papel importante no desenvolvimento. Quando se fala em desenvolvimento existe a tendência para reduzi-lo a um dos seus componentes: a das condições materiais de existência vista através da prosperidade económica do país e dos indivíduos. Contudo, o desenvolvimento também passa pela vida intelectual (e uso este termo à falta de melhor), isto é, pelas condições fornecidas aos indivíduos para se poderem melhorar a si próprios do ponto de vista intelectual, para se tornarem mais felizes e melhores cidadãos.

² Para uma visão crítica da relação directa entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho veja-se Palos (2002: 268 e outras).

A educação desempenha um papel muito importante para a promoção do desenvolvimento nesta segunda componente. Indivíduos mais educados têm mais ferramentas culturais e cognitivas para compreenderem o mundo, encontrarem um lugar nele e serem mais felizes.

Em última análise, a educação escolar permite aos indivíduos serem melhor cidadãos, mais interessados pela res publica, isto é, pela sua sociedade e pela vida política (componente essencial no desenvolvimento intelectual e das condições materiais de existência). Não foi por acaso, aliás, que no primeiro terço do século XX alguns deputados da assembleia nacional salazarista contestaram com veemência a necessidade de se ensinar o povo a ler (Mónica, 1978), um povo educado, exercendo a cidadania, contestaria certamente a ditadura e os privilégios que esta comportava para alguns à custa da maioria.

Se estamos a falar de desenvolvimento, tenhamos em atenção que a escolaridade é um dos seus grandes pilares, não apenas porque proporciona qualificações aos indivíduos que estão na base do desenvolvimento económico como representam o fundamento da aquisição da verdadeira cidadania. A escola é estratégica para o desenvolvimento, portanto, porque afecta as duas componentes do desenvolvimento.

Neste sentido, a educação é desenvolvimento e as actuais qualificações escolares dos activos açorianos, e dos portugueses em geral, são um obstáculo de monta ao desenvolvimento da Região e do País. As actuais políticas educativas falharam, não apenas porque boa parte da população apresenta escolaridades muito baixas, como porque não têm conseguido compensar a desvantagem relativa do país, ao longo da vida activa dos indivíduos. Este falhanço é potenciado pela configuração do mercado de trabalho, através da procura sustentada ao longo do tempo de activos desqualificados³, e pela organização familiar, especialmente junto das categoriais sociais mais despossuídas (Diogo, 2007). As novas políticas educativas têm que ter estas questões em consideração para terem sucesso.

³ Sobre a questão da adequação entre oferta e procura no mercado de trabalho dos Açores de um ponto de vista sociológico veja-se Diogo (2007b e 2008) a propósito das mulheres.

Bibliografia

- ALVES, Natália (1998). “Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias”. In José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral. *Jovens portugueses hoje*. Oeiras: Celta, pp. 53-133.
- BARRETO, António (org.) (1996). *A situação social em Portugal: 1960-1995*. Lisboa: ICS/UNL.
- BENAVENTE, Ana; ROSA, Alexandre; COSTA, António Firmino e ÁVILA, Patrícia (????). *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Gulbenkian.
- DIOGO, Ana Matias (2008). *Investimento das famílias na Escola: Dinâmicas familiares e contexto escolar local*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, Fernando (2003). *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: tensão identitária e (re)produção das identidades sociais*. [Policopiado]. Ponta Delgada: Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade dos Açores.
- DIOGO, Fernando (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, Fernando (2007b). “Singularidades do trabalho feminino nos Açores: do macro ao microsocial”. In *Actas do VI Encontro de Sociologia dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais, pp. 89/101.
- DIOGO, Fernando (2008). “Determinantes do trabalho feminino: princípios e dados sobre os Açores”. In Rosa Simas (org.). *A mulher e o trabalho nos Açores e nas comunidades*. Ponta Delgada: UMAR-Açores, pp. 1101/1118 e “Factors Affecting Female Employment in the Azores”. In Rosa Simas (org.). *Women and Work in the Azores and the Immigrant Communities*. Ponta Delgada: UMAR-Açores, pp. 1119/1135.
- DIOGO, Fernando (2008b). “Trajectória de emprego em carrossel em contextos de pobreza”. In VII Encontro de Sociologia dos Açores, Colloque international: *Les nouvelles configurations de la mobilité humaine*. Ponta Delgada. 26 a 28 de Novembro. Co-organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores e pelo CR30 da Association International de Sociologues de Langue Française.
- DIOGO, Fernando (2008c). “Políticas sociais, factores de transformação ou de continuidade em situações de pobreza? O caso do RMG/RSI nos Açores”. Caminhos (edição especial). Instituto de Acção Social: Ponta Delgada, pp. 90/95.

- DURU-BELLAT, Marie (2005). “Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa”. *Educação e Pesquisa*. S. Paulo, v. 31, nº 1, Jan-Abr, pp. 13-30.
- EASTERLY, William (2002). *The elusive quest for growth: economist’s adventures and misadventures in the tropics*. Cambridge (M.): MIT Press.
- GLASEAR, Edward (2009a). “What Happened to Argentina?”. [em linha]. [disponível em 21 de Outubro de 2009]. <URL:<http://economix.blogs.nytimes.com/2009/10/06/what-happened-to-argentina/>>.
- GLASEAR, Edward (2009b). “Education Last Century, and Economic Growth Today”. [em linha]. [disponível em 21 de Outubro de 2009]. <URL:<http://economix.blogs.nytimes.com/2009/10/20/education-last-century-and-economic-growth-today/>>.
- GRÁCIO, Sérgio (1986). *Política educativa como tecnologia social: as reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- IAS (2003). *Percurso escolar dos filhos dos beneficiários do RMG*. Ponta Delgada: Instituto de Acção Social.
- INE (2009). “População activa (Série 1998) por local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo”. [em linha]. *Inquérito ao emprego*, dados de Maio 2009. [disponível em 3 de Junho de 2009]. <URL:www.ine.pt>.
- MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino da (1998). “Processos de uma modernidade inacabada”. In José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.). *Portugal, que Modernidade?* Lisboa: Celta, pp. 17-44.
- MARTINS, Susana da Cruz (2005). “Portugal, um lugar de fronteira na Europa, uma leitura de indicadores socioeducacionais”. *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 49, pp. 141-161.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista: 1926-1939*. Lisboa: Presença-GIS.
- OCDE (2007). *Education At a Glance 2007*. [em linha]. [disponível em 11 de Junho de 2009]. <URL:<http://www.oecd.org/dataoecd/36/4/40701218.pdf>>.